

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.509 - RS (2019/0264095-3)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : ADRIANO FARIAS DA ROSA  
**ADVOGADOS** : TIAGO SANGIOGO - RS072814  
PAULA ESCOBAR RILLO - RS078766  
**AGRAVADO** : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A  
**ADVOGADOS** : ZAIRO FRANCISCO CASTALDELLO E OUTRO(S) - RS030019  
JANAINE LONGHI CASTALDELLO - RS083261

### EMENTA

BANCÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. INEXISTÊNCIA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INVIABILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. MORA CONFIGURADA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPROCEDÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

### DECISÃO

ADRIANO FARIAS DA ROSA (ADRIANO) ajuizou ação revisional contra AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. (FINANCEIRA), alegando abusividades em contrato de financiamento de automóvel.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, limitando os juros remuneratórios à taxa média de mercado, além de determinar a devolução de eventuais diferenças verificadas (e-STJ, fls. 100/111).

Os embargos de declaração opostos por ADRIANO foram acolhidos, para apreciar os pedidos de manutenção da posse e de vedação à inscrição do nome de ADRIANO em cadastro de proteção ao crédito (e-STJ, fls. 135/136).

O Tribunal Gaúcho negou provimento à apelação interposta por ADRIANO e deu provimento ao apelo manejado pela FINANCEIRA, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 170):

*APELAÇÕES CÍVEIS. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*CARACTERIZAÇÃO DA MORA. COMPENSAÇÃO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TARIFA DE CADASTRO. TAC. TEC/TEB. TUTELA ANTECIPADA.*

*DA APELAÇÃO DA DEMANDADA*

*DOS JUROS REMUNERATÓRIOS.* Estando a taxa pactuada pelas partes dentro dos limites previstos na média de mercado apurada pelo BACEN, a pactuação em contrato deve ser preservada.

*DA CARACTERIZAÇÃO DA MORA.* Mantida a avença no período da normalidade contratual resta caracterizada a mora da parte autora, no termos do REsp. n.º 1.061.530/RS.

*DA COMPENSAÇÃO DE VALORES E DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO.* Não constatada abusividade nas cláusulas pactuadas pelas partes, não há falar em compensação ou repetição do indébito.

*DA APELAÇÃO DO AUTOR DAS TARIFAS DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC) E DE EMISSÃO DE BOLETO (TEB) OU DE CARNÊ (TEC).* Não havendo previsão contratual de incidência de TAC, TEC ou TEB, nem demonstrada sua cobrança, carece o recorrente de interesse em revisar o contrato no tópico. Apelação não conhecida nos pontos.

*DA TARIFA DE CADASTRO.* É válida a pactuação da Tarifa de Cadastro expressamente convencionada, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre contratante e a instituição financeira. Tese Paradigma. Recurso Especial n.º 1.251.331/RS e n.º 1.255.573/RS. Súmula 566 do STJ.

*DA TUTELA ANTECIPADA.* Inalteradas cláusulas avençadas para o período de normalidade contratual, resta configurada mora do autor em caso de inadimplência possibilitando, por parte da instituição financeira a inscrição do devedor nos cadastros restritivo de crédito e a retomada do bem.

*DA SUCUMBÊNCIA.* Redimensionada.

Inconformado, ADRIANO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, c, da Constituição Federal, sustentando divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que (1) os juros remuneratórios devem ser limitados à taxa média de mercado, porquanto os juros contratados são superiores a tal referencial; (2) a mora deve ser afastada; e (3) limitados os juros, é devida a repetição das diferenças apuradas.

FINANCEIRA não ofereceu contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal Gaúcho inadmitiu o apelo nobre ante a incidência das Súmulas n.ºs 5, 7, 83 do STJ e a ausência de indicação de dispositivo de lei violado quanto à repetição de indébito. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

# Superior Tribunal de Justiça

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

## (1) Dos juros remuneratórios

A jurisprudência desta Corte firmou-se, em recurso repetitivo, no sentido de que os juros remuneratórios afiguram-se abusivos e devem ser limitados à média de mercado quando haja, no caso concreto, significativa discrepância entre a taxa pactuada e a taxa média praticada em operações da mesma espécie (REsp 1.061.530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, j. em 22/10/2008, DJe 10/03/2009).

No mesmo sentido, confirmam-se:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ.*

*1. Conforme decidido no Resp. n. 1.061.530/RS, submetido ao regime do art. 543-C do CPC/1973, a estipulação de juros remuneratórios em taxa superior a 12% ao ano não indica, por si só, abusividade em face do consumidor, permitida a revisão dos contratos de mútuo bancário apenas quando fique demonstrado, no caso concreto, manifesto excesso da taxa praticada ante à média de mercado aplicada a contratos da mesma espécie. 1.1 É inviável rever a conclusão do Tribunal estadual de que os juros remuneratórios, no caso, são abusivos quando comparados à taxa média de mercado, pois demandaria reexame de provas e interpretação de cláusula contratual, providências vedadas em recurso especial (Súmulas 5 e 7/STJ).*

*2. Verificada, na hipótese, a existência de encargo abusivo no período da normalidade do contrato, resta descaracterizada a mora do devedor.*

*3. Agravo interno desprovido.*

# Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no AREsp 1.486.943/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. em 26/08/2019, DJe 30/08/2019)

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. PERCENTUAL ABUSIVO. LIMITAÇÃO À MÉDIA DO MERCADO. JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. REEXAME. SÚMULAS 5 E 7/STJ.*

*1. A Segunda Seção deste c. Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.061.530/RS, (Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJe de 10/3/2009), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, firmou entendimento no sentido de que os juros remuneratórios devem ser limitados à taxa média de mercado somente quando cabalmente comprovada, no caso concreto, a significativa discrepância entre a taxa pactuada e a taxa de mercado para operações da espécie.*

*2. O Tribunal de origem, com base no conteúdo probatório dos autos, concluiu que a taxa de juros remuneratórios pactuada excede significativamente à média de mercado. A alteração de tal entendimento, como pretendida, demandaria a análise de cláusulas contratuais e do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pelas Súmulas 5 e 7 do STJ.*

*3. Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 1.343.689/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j em 01/07/2019, DJe 02/08/2019)

Analisando o caso concreto, o acórdão recorrido entendeu que os juros remuneratórios não eram abusivos, sob a seguinte argumentação:

*Na cédula de crédito acostada às fls. 54-55, firmada em 30.10.2015, restou pactuada a taxa de juros remuneratórios de 2,60% ao mês, ou de 36,02% ao ano, sobre o valor financiado. Por meio do site do Banco Central do Brasil é possível constatar que, quando da assinatura do contrato, a média de mercado estava apurada em 25,89%.*

*Desta forma, a taxa de juros remuneratórios contratada pelas partes não discrepava significativamente da média de mercado apurada pelo BACEN à época da pactuação (outubro de 2015), não restando caracterizada abusividade a ponto de ser necessária a revisão nesse particular (e-STJ, fls. 177/178 – sem destaque no original).*

Desse modo, alterar as conclusões do acórdão recorrido para concluir abusiva a taxa de juros contratada implicaria reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, vedados em recurso especial, nos termos das Súmulas nºs 5 e 7

do STJ.

(2) Do afastamento da mora

Em recurso repetitivo, a Segunda Seção do STJ pacificou o entendimento de que a abusividade dos encargos da normalidade (capitalização e juros remuneratórios) tem o condão de descaracterizar a mora.

A propósito:

*DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES.*

*(...)*

*ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descarateriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual.*

*(REsp 1.061.530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, j. em 22/10/2008, DJe 10/03/2009)*

Na hipótese dos autos, foram mantidos os juros remuneratórios conforme contratados, caracterizando-se a mora *debendi*.

Confirmam-se, ainda, os seguintes precedentes:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO REVISIONAL. 1. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE NÃO VERIFICADA NO CASO CONCRETO. TAXA QUE SE ADEQUA À MÉDIA DE MERCADO ESTIPULADA PELO BACEN. SÚMULA 83/STJ. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 2. CAPITALIZAÇÃO. PACTUAÇÃO. EXISTÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 3. MORA DEBENDI. CARACTERIZADA. 4. AGRAVO INTERNO*

# Superior Tribunal de Justiça

## IMPROVIDO.

1. Na hipótese de o contrato prever a incidência de juros remuneratórios, porém sem lhe precisar o montante, a sua fixação não deve ficar adstrita ao limite de 12% ao ano, devendo ser feita segundo a média de mercado nas operações da espécie. Precedentes.

2. De fato, segundo entendimento do STJ, "é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31/3/2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada".

3. Consoante pacífica jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a mora do devedor é descaracterizada tão somente quando a índole abusiva decorrer da cobrança dos chamados encargos do "período da normalidade", juros remuneratórios e capitalização dos juros.

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 800.605/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em 16/09/2019, DJe 19/09/2019 – sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. NÃO PROVIMENTO.

1. O STJ consolidou o seguinte entendimento em julgamento de demanda repetitiva: "Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados." (REsp 1.112.879/PR, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe de 19.5.2010) 2. Na hipótese, o Tribunal de origem reconheceu a abusividade da taxa de juros remuneratórios ao avaliar o contexto fático e probatório dos autos, razão pela qual a revisão da conclusão adotada esbarra no óbice descrito na Súmula 7/STJ.

3. "O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios) descaracteriza a mora". (REsp 1.061.530/RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe de 10.3.2009).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.412.287/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. em 10/09/2019, DJe 18/09/2019 – sem destaque no original)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Dessarte, não merece reforma o acórdão recorrido.

### **(3) Da repetição de indébito**

A improcedência dos pedidos torna insubsistente o pedido de repetição de indébito.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator